

Mouzinho de Albuquerque e companhia: comentários sobre a tradição colonial portuguesa em exemplares da imprensa de Lisboa e Lourenço Marques (1922-1937).

LEANDRO ANTONIO GUIRRO*

Zicman foi incisiva ao defender o princípio de que a imprensa opera continuamente no campo político-ideológico, tornando-se necessário que as pesquisas embasadas na interpretação de jornais e outros tipos de periódicos necessariamente delineiem as características essenciais dos órgãos consultados (ZICMAN, 1981: 98). Semelhantemente, Braga atestou que se compreende o noticiário impresso através do entendimento do seu contexto, seu processo de criação, suas expectativas e recepção (BRAGA, 2012: 298). Destarte, é oportuno tecer alguns comentários acerca da origem e funcionamento dos exemplares tratados ao longo do texto que segue. Começemos, então, pelo semanário produzido em Lourenço Marques, capital de Moçambique no início do século XX.

Com perfil multiétnico, tal cidade apresentou tendência para a discriminação cultural e social. Ideais segregacionistas embasados na reprodução de hierarquizações raciais metropolitanas motivaram a retirada da população negra e mestiça das regiões mais centrais e salubres, bem como a realocação da mesma em áreas periféricas e bairros suburbanos (OLIVEIRA E COSTA: RODRIGUES, 2014: 441). Neste ínterim, surgiu, em 1908, O Grêmio Africano de Lourenço Marques, organizado por indivíduos de uma elite mestiça afro-portuguesa local e autoproclamado defensor dos interesses dos africanos de modo geral. A maioria dos componentes desse núcleo carregou os sobrenomes de seus pais e avós que ali foram governadores, chefes militares, negociantes de sucesso, etc. (ROCHA, 2000: 93). A associação concentrou vários elementos urbanizados, incluindo ainda a participação de certos brancos (CABAÇO, 2009: 124).

A promoção do desenvolvimento moral e intelectual dos componentes, auxílio, proteção, difusão de instrução, construção de uma biblioteca e criação de um jornal ou qualquer outro meio de divulgação foram compromissos firmados no estatuto da corporação

* UNESP/Assis. Doutorando em História. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

(NEVES, 1989: 146). Logo nasceu o periódico *O Africano*, tido como um dos precursores da imprensa no continente. Produzido por “mulatos”, dirigiu-se especialmente à população não branca alfabetizada. Redigido em português, possuiu também uma seção grafada em ronga, tendo sido a primeira vez que um jornal moçambicano utilizou uma língua local. Publicado a partir de 1909, começou com emissão semanal, aos sábados, logo passou a ser lançado duas vezes por semana e, no seu auge, três vezes. Durante grande parte de sua história, teve corpo editorial formado por dois irmãos: João Albasini, como diretor, e José Albasini na função de editor. Juntou-se a eles o comerciante José dos Santos Rufino, exercendo os cargos de secretário de redação e administrador (ROCHA, 2000: 91).

Beneficiando-se do dinheiro arrecadado com a venda posterior do *O Africano*, os irmãos Albasini assumiram parceria com Estácio Dias, funcionário da Fazenda, e criaram um novo órgão de imprensa, denominado *O Brado Africano*. Desde o número de estreia, veiculado em 24 de Dezembro de 1918, o jornal atacou a exploração dos trabalhadores africanos, mostrou-se porta-voz da Liga Africana (com sede em Lisboa) e transpareceu a ligação católica de seus criadores (CAPELA, 2009: 112). Com frequência semanal, o noticiário apresentou a mesma forma de seu antecessor, tendo sido igualmente escrito em português e ronga, mesmo que o espaço reservado para comunicação na língua local fosse comparativamente menor (ROCHA, 2000: 91).

A instalação da redação e tipografia do *O Brado Africano* foi realizada na sede do Grêmio Africano, entidade que passaria a ser proprietária do jornal. O periódico tornou-se conhecido por colocar em pauta notícias de uma elite mestiça, educada principalmente nas escolas da Maçonaria. Vivendo um tipo de vida burguesa, esses jovens frequentaram os bailes produzidos em bairros ocupados por brancos e por vezes destacaram-se na prática de esportes (ROCHA, 2000: 91).

Alguns anos depois, sob a justificativa de que a população metropolitana carecia de informações sobre o que acontecia em suas terras distantes, foi criada a Agência Geral das Colônias, em 30 de setembro de 1924. Tal qual realizado por Estados vizinhos, Portugal fundou um departamento de propaganda focada na divulgação do além-mar. Conferências, congressos, documentários, livros folhetos, filmes, exposições, mostruários, periódicos, dentre outros veículos de informação começaram a ser criados como instrumentos de

propaganda para divulgar e salientar as possibilidades de engrandecimento “desses novos eldorados” (GARCIA, 2011: 332). A principal obra da instituição foi o *Boletim da Agência Geral das Colônias*, que circulou mensalmente em Portugal e nas principais cidades regidas pelo governo português na África até 1969, trazendo notícias a respeito de todas as colônias, com atenção especial para Angola e Moçambique. O impresso disponibilizou dados e opiniões sobre a ação colonizadora, levados a público pelos próprios lusitanos, e foi assinado por vários agentes que compuseram a Agência Geral das Colônias.

Outras duas coleções de impressão regular também foram produzidas pela mesma agência, sendo elas: *O Mundo Português* (1934-1947) e *Pelo Império* (1936-1961). A entidade ainda apoiou a edição de livros e monografias sobre temas coloniais, fazendo desse tipo de trabalho sua especialidade. Paralelo a estas e outras publicações oficiais, despontaram títulos promovidos por iniciativas particulares, com o mesmo caráter divulgador, como os *Cadernos Coloniais* (1920-1960) e a *Portugal Colonial* (1931-1937), revista assumidamente propagandística das ações imperiais.

Esta última foi propriedade da Empresa Portugal Colonial, sediada em Lisboa. O Corpo dirigente inicial da revista formou-se pela junção de Henrique Galvão (diretor), J. da Fonseca Ferreira (redator principal) e António Pedro Muralha (editor). Mesmo não tendo sido oficialmente assumido como redator, Agostinho de Campos participou dos 72 números da publicação, com a coluna “Carta mensal de Portugal para as Colônias”.

Henrique Galvão, enquanto chefe da Seção Colonial da Exposição do Mundo Português, organizou um espaço para que os nativos apresentassem “fielmente” o modo de vida na África (VARGAFTIG, 2014: 348). O mesmo também exerceu outras funções de gerência ligadas ao setor de propaganda, atuando nas Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques, Exposição Colonial do Porto, Emissora Nacional de Radiodifusão, Exposição Colonial dos Centenários, Comemorações Centenárias de Guimarães e Cortejo do Mundo (CORREIA, 2014: 9). Muitas dessas atividades foram cumpridas simultaneamente ao trabalho na revista. Contudo, em 1936, Henrique Galvão deixou o periódico para atuar integralmente no ofício de Inspetor Superior de Administração Colonial. Sua trajetória mostrou a capacidade de circular pelos meandros da administração governamental e da imprensa propagandística. Até os finais dos anos 40, quando tornou-se um dos principais

opositores de Salazar, revelou-se um entusiasmado ativista do império colonial. E isso ficou explícito nas páginas da revista que fundou e dirigiu por seis anos.

Ufanismo nas páginas de lá e cá.

Em uma das matérias veiculada pela *Portugal Colonial*, Nunes dos Santos declarou que “qualquer que tenha sido a causa geradora do movimento expansionista de Portugal, o certo é que o nosso povo não era positivamente, já nesses tempos remotos, aquilo a que se pode chamar um principiante” (SANTOS, 1936:3). Alves de Azevedo, por sua vez, destacou a paciência e a persistência como elementos fundamentais para a receita portuguesa. Conforme seu ponto de vista,

A colonização portuguesa nunca se preocupou com benefícios imediatos. Foi sempre um empreendimento de largo fôlego. Semelhante critério verdadeiramente imperial no sentido romano da palavra exige tempo; e exige harmonia entre os meios da ação e os recursos nem sempre fáceis de inventar – quer quanto a mão de obra, quer quanto às condições naturais, fatores de que dependem todos os triunfos em todos os aspectos da atividade humana (AZEVEDO, 1936: 11).

Anderson situou o processo de colonização da África e Ásia como parte final do desenvolvimento nacionalista em países europeus estruturados industrialmente (ANDERSON, 2008: 97). Concordando com ele, Hobsbawm defendeu a tese de que as colônias ganharam relevância na composição do status de grande potência que as algumas nações europeias quiseram chamar para si. Independente do valor econômico, as possessões ultramarinas adquiriram importante representação simbólica nas disputas nacionalistas características do final do século XIX (HOBSBAWM, 1988: 65). Cada porção de terra conquistada foi tratada como referencial de força e expressividade política do país que ali fincou sua bandeira.

Pelos comentários expostos no impresso, pode-se dizer que a mentalidade frisada pelo historiador britânico adentrou o século XX. A alegação de que os outros aprenderam com os lusitanos as artimanhas necessárias para chegar a localidades afastadas confabulou um posicionamento autoafirmativo de Portugal em relação aos demais países. A referência ao “sentido romano” caminhou no mesmo sentido. A questão colonial subordinou a política externa portuguesa, tendo em vista a necessidade de se encarar contantes ameaças à soberania do Estado instalado nos territórios ultramarinos (MARTINS, 2000: 144-145). As teorizações que destacaram longevidade e pioneirismo lusitano na edificação de um conglomerado colonial corporificaram uma espécie de resistência ideológica às investidas sofridas. Antes de pensar em furtar as terras lusitanas, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e os outros deveriam demonstrar gratidão e respeito a Portugal.

No âmbito interno, o nacionalismo político apresentou uma linha de continuidade ao longo da Monarquia, República e Estado Novo no tocante à ideia de império. A diferenciação em relação as formas de dominações coloniais estrangeiras foram apregoadas por meio de dois quesitos fundamentais: a “herança sagrada” e o “eldorado”. Caberia aos portugueses preservarem os territórios recebidos dos antepassados quinhentistas e passarem adiante a concepção de exploração dos recursos naturais e humanos das localidades africanas e asiáticas (GARCIA, 2001: 595).

Não obstante, o nacionalismo econômico teve que ser pensado. As feitorias e presídios construídos anteriormente não garantiram penetração e ocupação efetiva dos territórios continentais africanos. Deste modo, desenrolou-se uma reformulação profunda no colonialismo português, direcionando-o para a exploração de recursos agrícolas e minerais das colônias a partir das últimas décadas do século XIX. Para isso, foram necessárias medidas de ocupação de territórios e submissão de populações nativas, o que gerou, naturalmente, guerras prolongadas (SOBRAL, 2012: 65).

As batalhas produzem heróis. Ao menos quando se queira que seja assim. E, tomando como base alguns artigos da imprensa colonial, o governo metropolitano mostrou interesse em manter a lembrança de combatentes que participaram da apoderação dos territórios na África. Tenham eles sobrevivido ou não, as homenagens foram feitas. A recordação de quem lutou pela pátria foi muito simbolizada e esteve ligada à ideia de expansão nacional.

Conforme assinalado por Anderson, “a nação foi sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”. O sentimento de fraternidade despertado pelos ideias nacionalistas foram capazes de fazer com que muitos tenham se disposto a matar e, sobretudo, morrer, em defesa das criações ideológicas forjadas pelo nacionalismo (ANDERSON, 2008: 34). Envolvidos em uma “comunidade imaginada”, os membros de uma nação comumente nunca tiveram contato com a maioria de seus confrades, no entanto mantiveram firme a visão de comunhão entre todos (ANDERSON, 2008: 34).

Neste sentido, certos personagens foram exaltados:

21 de Julho de 1897 é, talvez, a maior data da epopeia portuguesa na África. A figura de Mousinho, o maior soldado português das campanhas da África, está, de tal modo, tão intimamente, tão fortemente, ligado a esta data que é impossível separar uma da outra, que é impossível evocar uma sem que a outra se lhe não associe, desde logo.

Quando se fala, hoje, nas campanhas de Mouzinho, na formidável atividade militar do que morreu definindo sua própria morte de cruel enigma, logo acode a mente uma imagem de extraordinário relevo – a carga da cavalaria portuguesa em Macontene (ROCHA, 1934: 1).

Na década de 1890, ataques vátuas a Lourenço Marques causaram insegurança entre a população branca europeizada instalada no local. António Enes, antigo ministro da Marinha, foi nomeado Comissário Régio para Moçambique e preparou uma primeira ofensiva contra os nativos, derrotando-os. Alguns meses depois, Mouzinho de Albuquerque, lembrado na passagem anterior, substituiu António Enes e deu segmento às campanhas militares, liderando, inclusive, a cavalaria portuguesa no combate de Macontene. Seus sucessores no governo continuaram a submissão de grupos africanos até as vésperas da primeira Grande Guerra (OLIVEIRA MARQUES, 2015: 558).

Adjetivações que justificaram as homenagens endereçadas à ilustre figura não faltaram:

Pode-se dizer que Mouzinho deu a Portugal Moçambique. Foram as suas vitórias fulminantes sobre o gentio guerreiro e insubmisso que decidiram o futuro da ocupação portuguesa nas terras do interior. Chaimite foi a chave da dominação e submissão das populações negras, que o exemplo de resistência e rebeldia do Gungunhama mantinha em pé de guerra.

Mousinho, porém, não foi apenas o chefe militar – foi, como governador geral da província de Moçambique, o organizador da administração política, militar, financeira, econômica e religiosa que havia de ficar para o futuro. Construiu estradas, fundou postos militares e administrativos, aumentou a matéria coletável, protegeu as missões religiosas, teve a preocupação de governar a colônia com as suas próprias receitas (ROCHA, 1934: 7).

Dedicado ao “dia do Mouzinho”, o artigo foi originalmente publicado no Diário da Manhã, jornal lisbonense. Falar das campanhas desbravadoras e de seus personagens principais consagrou-se como uma das estratégias de propaganda colonial mais praticadas, tendo sido criado um discurso populista em torno das vitórias militares que combinou “a suposta demonstração das capacidades colonizadoras à exaltação nacionalista” (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001: 65). Mousinho de Albuquerque foi o exemplo de oficial mais comentado na época e sua fama atingiu maior popularidade especialmente sob efeito da propaganda lançada no Estado Novo. Teixeira Pinto, Artur de Paiva, Alves Roçadas, Pereira de Eça, Paiva Couceiro, Freire de Andrade e tenente Aragão foram outros nomes repercutidos na imprensa (OLIVEIRA MARQUES, 2001: 66).

Comentários sobre individualidades como estas engendraram uma “prova” de que o Império português existia há séculos e foi construído por uma elite que sempre se interessou pela descoberta, preservação e manutenção de todo patrimônio conquistado desde os tempos dos primeiros navegantes e monarcas desbravadores. Além disso, as narrativas contemporâneas sobre atos de defesa militar (séculos XIX e XX) passaram a ser dadas como testemunhos de que os territórios eram patrimônios conquistados pelos antepassados e deveriam, portanto, serem preservados e transmitidos para as gerações vindouras (GARCIA, 2001: 597).

O aumento das pressões sociais de administrar territórios ultramarinos recentes e eleitorados nacionais cada vez maiores fez com que as elites governamentais europeias se deparassem com a necessidade de emanar seu poder do passado, da tradição, da antiguidade (SAID, 2011: 52). Parte desse conjunto, Portugal teve a questão colonial conectada a sua política. O projeto colonial foi entrelaçado aos temas dominantes do nacionalismo lusitano e as terras ocupadas no além-mar foram caracterizadas como demonstração do prestígio do passado e garantia da identidade e sobrevivência do país (ALEXANDRE, 2013: 27).

Enquanto outros Estados tiveram que lidar com agrupamentos favoráveis e contrários aos esquemas de ampliação colonial, o nacionalismo português, seja republicano ou salazarista, foi, reiteradamente, imperial (CASTELO, 2011: 48).

Conjecturada como fundamento da identidade portuguesa, a expansão além-mar foi narrada oficialmente desde o século XVI, bem como enfatizada através da escolarização massiva e organização de eventos festivos, tais quais os centenários da morte de Camões e da chegada de Vasco da Gama às Índias (SOBRAL, 2015: 674). Com a ascensão de Salazar ao poder, a matéria ganhou ainda mais preponderância.

A partir de 1933, o Estado Novo criou mecanismos para intervir diretamente na vida das pessoas. No campo cultural, foi organizada uma abordagem que pretendia estabelecer ligação e aceitação de alguns aspectos do modernismo com a exaltação de valores nacionalistas, patrióticos e populares, o que ficou conhecido como “política do espírito” (PROENÇA, 2015: 674). Criada e defendida por António Ferro, chefe do Secretariado de Propaganda Nacional, essa política objetivou que todas as produções artísticas e literárias obedecessem às normas ditadas pelo regime e afirmassem “os padrões estéticos de feição nacionalista e historicista” (PROENÇA, 2015: 674). Tais determinações atingiram o rádio, teatro, cinema, literatura, artes plásticas, músicas, dentre outras esferas do campo cultural, e o crivo da censura passou a ponderar o que poderia ser exposto. Obviamente a imprensa também foi afetada e aquilo que já era feito com maior liberdade durante a república foi esquematizado sistematicamente e transformado em compromisso.

Temas importantes do nacionalismo republicano foram retomados e aprofundados. A considerada “missão histórica” colonizadora e evangelizadora, constituinte primordial da “essência orgânica da Nação portuguesa”, fundamentou e legitimou a ocupação dos domínios ultramarinos. A defesa desse direito e a integridade do patrimônio colonial foram ratificadas como condições inseparáveis da proteção da própria independência nacional portuguesa. A centralização político-econômica do Estado Novo foi apontada como requisito para a salvação e expansão do território português e o resgate das tradições e glórias do passado foi eleito como fio condutor da “restauração” de que necessitava o império. Colônias, nação e regime político fundiram-se numa “construção mítica” (ROSAS, 2001: 255).

Os veículos de comunicação existentes durante o Estado Novo contribuíram para salientar a mentalidade imperial junto ao povo lusitano. Propagaram incessantemente a perspectiva de que, ao contrário das demais nações europeias, Portugal possuía um império oriundo de tempos antigos e sua obra não era resultado acidental das disputas políticas características dos finais do século XIX. Notabilizaram, igualmente, a alegada capacidade desbravadora dos colonos portugueses, indiferentes aos perigos e capazes de lidar com os indígenas (ALEXANDRE, 2013: 188).

Para os ideólogos da doutrina estabelecida pelo governo salazarista era necessário reavivar o sentido colonizador dos portugueses, reascender a chama da conquista na alma dessas pessoas. Mais relevante que o poder material seria o “poder incorpóreo e espiritual dos homens empenhados nessa tarefa de construir e transformar novos lugares e novos mundos, à imagem e semelhança da cultura colonizadora que teria importância a partir da sua apropriação e dominação” (GARCIA, 2011: 87-88).

Parte dessa engenharia ideológica, o *Boletim da Agência Geral das Colônias* e a *Portugal Colonial* direcionaram acentuadamente suas editorações para a rememoração dos acontecimentos e heróis do passado. Insistentemente esses temas foram apresentados pelos materiais, demonstrando a influência política sofrida por eles e a intencionalidade ou necessidade de realçar o pensamento vigente junto à sociedade. Curiosamente, *O Brado Africano* também apresentou inclinação aos preceitos nacionalistas e historicistas em certas ocasiões. Ainda na década de 1920, um colaborador do jornal afirmou ter vivido uma experiência metafísica que envolveu o combatente tão condecorado pelas publicações portuguesas. Entusiasmado, ele escreveu o seguinte relato:

Eram duas horas da madrugada do dia 22 do corrente em que fui acordado pelo alarme da campainha do despertador. Levantei-me para a parar, mas pouco tempo depois, a campainha voltou a tocar quando pegava no sono!

Ao abrir os olhos aligeirou-se me que via na minha frente, muito firme, Mouzinho de Albuquerque!...

Resolvi entrevista-lo e perguntei-lhe:

- O que quer V. Ex.^a de mim?

- Ele, com a voz muito suave, disse-me:

Venho Agradecer-te as palavras que disseste a meu respeito no “Brado Africano”, sobre o ataque que me fez “O Oriente”.

- Nada tem que me agradecer, não fiz mais do que o dever em defender a sua memória (FIGUEIREDO, 1922: 2).

Mouzinho de Albuquerque, assim como António Enes, foi figura proeminente na geração de políticos e militares que se opuseram à transferência do pensamento liberal para as colônias e defenderam uma “desmistificada relação de senhor e servidor entre colonizador e colonizado e uma crua divisão de tarefas na produção econômica que não deixava espaços à mobilidade social” (CABAÇO, 2001: 360). Logo, chama a atenção o posicionamento de protetor da memória do dirigente português por parte de alguém que assina uma matéria em um jornal produzido por indivíduos sobre os quais incide o imperialismo.

Em outro volume do periódico, Manuel Caraco escreveu um artigo elogioso à “pátria” e “uma galeria imensa de nobres portugueses” que trabalharam a favor da conquista e ocupação de terras brasileiras e africanas (CARACO, 1934: 1). Dez anos antes, em 1924, a participação em festas cívicas já havia sido tratada como um dever de todos e foi cobrada nobilitação a um personagem das primeiras navegações:

É grato recordar os feitos de um herói, como é dever tributar a esse herói o preito da nossa homenagem.

Vasco da Gama, o glorioso navegador, descobrindo o caminho marítimo das Índias, conquistou uma grande glória para Portugal. Esta glória, porém, que necessita ser reativada, através de todos os tempos, por parte de todos os portugueses, seguindo os exemplos de Fé e de Patriotismo que nos legou Vasco da Gama, começou sendo empanada a breve trecho (CARACO, 1924: 1).

Mouillaud expôs que o título de um jornal forma uma espécie de “envelope” que passa a conter pressuposições e expectativas de enunciados por parte dos leitores (MOUILLAUD, 2012: 102). Seguindo esta lógica e considerando-se o contexto colonial, é plausível imaginar sumariamente que *O Brado Africano* carregaria consigo um ar de ruptura com as tradições metropolitanas e seria, necessariamente, africano e não português. Como explicar, então, que a postura do periódico quanto aos heróis e grandes feitos lusitanos foi idêntica à adotada pelos veículos de propaganda produzidos pelos colonizadores?

Como já lembrado por Zicman, as informações apresentadas pela imprensa não são escolhas aleatórias. Pelo contrário, demonstram atitudes “próprias” de cada jornal, organizado

de acordo com seu “filtro” acerca do que deve ou não ser noticiado (ZICMAN, 1981: 90). Comparativamente a outros assuntos levantados constantemente pelo semanário, as memórias sobre os portugueses antepassados não é temática das mais primordiais. Mas é preciso lembrar que periódico levou a questão até os seus leitores. E, se o fez, foi com algum propósito definido.

Durante as décadas de 1880 e 1890, os afro-portugueses, grupo de onde procederam os envolvidos com *O Brado Africano*, foram os elementos mais importantes na classe média urbana moçambicana, desfrutando de posição influente nos assuntos locais, ocupando cargos na administração e forças armadas e contando com assentos nos conselhos locais. Todavia, após a rápida expansão da economia e administração coloniais, poucos foram os indivíduos de origem africana que permaneceram em funções de destaque (NEWITT, 2012: 385).

A maioria dos funcionários mais eminentes até então era recrutada das forças armadas, destacando-se nomeações de colonos portugueses e de entes da população afro-portuguesa local. Entretanto, a fundação da Escola Colonial, em Lisboa, voltada para a formação de empregados coloniais, criou uma hierarquia de funcionários públicos, submetidos a exames para alcançar promoções. Aos poucos os civis assumiram as funções governativas, culminando com o fim de militares na administração colonial, no governo de Salazar. Não tardou para que os afro-portugueses deixassem de fornecer pessoal administrativo e militar para o Estado e o governo fosse constituído “não por colonos locais, mas por uma elite de funcionários coloniais que eram portugueses na sua orientação e lealdade e pediam apoio a Lisboa” (NEWITT, 2012: 385).

Assim, os níveis mais elevados da administração colonial passaram a ser ocupados por portugueses recém-chegados para isso. Os colonos brancos, estabelecidos há mais tempo na colônia, ocuparam, na maioria das vezes, cargos menos significativos. Poucas oportunidades sobraram para os mestiços e africanos. Por conseguinte, os afro-portugueses enfrentaram um declínio no início do século XX e conviveram com a inevitabilidade de ocupar posições inferiores na estrutura oficial (NEWITT, 2012: 385). Parafraseando Cabaço, “o incremento da migração de portugueses e asiáticos para Moçambique condenaria o mestiço urbano à marginalização laboral, social, econômica e política, colocando-o perante a própria matriz africana” (CABAÇO, 2001: 356).

Os Albasini, por exemplo, vivenciaram a situação apontada por Cabaço. Netos de um português e uma africana, exemplificaram o declínio das grandes famílias afro-portuguesas em Moçambique (NEWITT, 2012: 385). João foi ajudante de despachante, enquanto seu irmão mais velho exerceu a função de caixeiro, ilustrando o fato de que poucos africanos não se ocuparam de serviços braçais após a mudança de paradigma comentada acima (ZAMPARONI, 2007: 231).

A perda de prestígio social pode ser um dos caminhos para se entender a ânsia de determinados colaboradores do *O Brado Africano* em manter viva a lembrança dos conquistadores europeus. Afinal, para os afro-portugueses, essa história também lhes pertencia e mencioná-la poderia ser uma forma de fazer com os demais se lembrassem disso e, de certa forma, reavivassem o protagonismo que o grupo já havia experimentado. Além disso, durante o Estado Novo, período em que Manuel Caraco alertou sobre a urgência em evocar a memória de Vasco da Gama, a percepção de “império” inferiu uma ideia de “alargamento” e extensão do território metropolitano para os domínios estabelecidos no ultramar (GARCIA, 2001: 87). A perspectiva de um todo, formado por gente de Portugal e das colônias, foi lançada. Mas na cabeça de Jorge Netto, outro parceiro do *O Brado Africano*, a concepção de pertencimento ao universo lusitano já estava organizada antes mesmo da ascensão oficial de Salazar ao poder. Em 15 de outubro de 1932, ele escreveu algo que caminhou nesta direção:

É preciso que toda a gente que nos lê tenha presente isto: não pretendemos constituir uma comunidade diferente, um novo Brasil ou nova América.

Se por vezes as nossas palavras denunciam certo bairrismo, não temos outro fim que não seja o de desenvolvimento da nossa raça, apagar um pouco a escuridão que campeia pela mentalidade dos nossos irmãos de raça. Somos tão portugueses como os que o são; somos tão patriotas como todos aqueles que na hora do perigo sabem derramar o seu sangue pela pátria mãe que às vezes é madrasta. Sentimos todas as afrontas que o estrangeiro faça ao nosso lindo Portugal (NETTO, 1932: 2).

A declaração de Jorge Netto é consoante com as observações de Newitt, historiador dedicado ao estudo das antigas colônias portuguesas na África. De acordo com o pesquisador, os “intelectuais urbanos afro-portugueses” atuantes nas décadas de 1920 e 1930 não exigiram o fim do Estado Colonial. O que buscaram, na verdade, foi assegurar que o governo fizesse jus aos ideais de assimilação, civilização e progresso proclamados por ele próprio (NEWITT,

2012: 386). Uma vez que o rompimento não foi o escopo fundamental, a adaptação à sistemática estruturada pelo poder estabelecido mostrou-se um caminho possível. A elite afro-europeia não pareceu disposta a ligar-se aos negros mais pobres e marginalizados (BRÁS, 2006: 92).

A rememoração de um passado que desprivilegiou a memória dos povos nascidos em Moçambique antes da chegada portuguesa pareceu ter uma finalidade ligada ao tempo presente. Ela pode ter representado uma tentativa de demarcação de posição por parte dos que se manifestaram pelo jornal. Ao compactuar com a história dos colonizadores e propagá-la em seus escritos, os indivíduos em questão externaram uma suposta afinidade com os portugueses, buscando estabelecer uma relação de pertencimento a esse grupo.

Visto por essa ótica, os escritos ufanistas contidos no periódico tornaram-se uma espécie de autoafirmação de elementos que se colocaram próximos de uma identidade portuguesa e, de certo modo, afastaram-se da ligação com os demais africanos “incultos”, cuja “escuridão” ainda “campeia pela mentalidade”, tal qual assinalado por Jorge Netto. A referência à tradição ibérica substanciou a manifestação de um núcleo social que afirmou defender os interesses dos naturais de Moçambique, mas associou-se ocasionalmente à ideologia utilizada para afiançar o imperialismo. Por mais paradoxal que seja, configurou-se aí uma adequação espontânea ou premeditada ao sistema metropolitano implantado.

Não obstante, Zamparoni visualizou essa questão de modo externo. Segundo seu ponto de vista, mais que simples chauvinismo, os dizeres patrióticos da pequena burguesia negra e mestiça camuflaram o temor de uma possível anexação do território moçambicano pela África do Sul ou Inglaterra. Qualquer uma das situações representaria o fim desse núcleo que já enfrentava dificuldades para manter-se expressivo, tendo em vista que, formados na cultura lusa, não alcançariam representatividade no mundo anglófono e temeriam o modelo social implantado pelo Estado vizinho, considerado mais racista e excludente que o estabelecido nas colônias portuguesas (ZAMPARONI, 2007: 151).

De acordo com Le Goff, o documento histórico é, na verdade, fruto da sociedade que o fabricou e das relações de forças detentoras de poder atuantes nessa coletividade (LE GOFF, 1990: 288). A aceitação de um discurso corrente entre os setores metropolitanos

intelectualizados por parte dos afro-portugueses ligados ao *O Brado Africano* pode ter significado tanto a internalização propriamente dita dos ideais proferidos, quanto o artifício intencional de aproximar-se do centro de poder com intuito de angariar representatividade social e respeito para si e, conseqüentemente, para o jornal pelo qual se expressaram.

As reflexões sobre o imperialismo europeu no continente africano exigem indagações sobre os aspectos ideológicos ligados ao tema. A construção e manutenção de domínios distantes não se sustentaram sem o auxílio de ferramentas que objetivaram atingir o âmago de homens e mulheres comandados por Estados autointitulados colonizadores. Fazer crer na imprescindibilidade e sucesso dos planos lançados por cada governo metropolitano transformou-se em matéria vital para a longevidade das colônias.

Um dos principais meios de comunicação da época, a imprensa viu-se forçada a discutir o que disse respeito ao além-mar. Ao aprofundar-se minimamente nas particularidades dos títulos comentados, pôde-se notar que a conjuntura política do início do século XX cobrou isso dos periódicos em questão. Assim como tantos outros, eles colocaram no papel as manifestações de seus autores sobre o mundo colonial erigido por Portugal e levaram a público dados estatísticos, opiniões particulares, expectativas e queixas. As relações com o poder estabelecido inevitavelmente também ganharam espaço.

A rememoração do passado colonizador lusitano atingiu caráter legitimador. Para os impressos financiados pelo governo ou diretamente influenciado por seus ideais, a ênfase na primazia das grandes navegações e a sequência de ações colonizadoras no desenrolar da história portuguesa sustentou a ideia de continuidade de um império erigido ao longo de séculos e merecedor de respeito por não ser uma aventura brevemente iniciada na Conferência de Berlim. Para o jornal organizado por afro-portugueses, significou uma moção de aproximação com o núcleo mais prestigiado na estrutura social, o que não quer dizer, necessariamente, subserviência.

Periódicos consultados

ALVES DE AZEVEDO. Consciência Imperial. **Portugal Colonial, Revista de expansão e Propaganda Colonial**. Lisboa, ano 6, n. 61, p.11, jun.1936.

CARACO, Manuel. A Pátria Portuguesa. **O Brado Africano**, Lourenço Marques, p.1, 24 mar. 1934.

FIGUEIREDO, Ruy. Um sonho com Mousinho d'Albuquerque. **O Brado Africano**, Lourenço Marques, p.2, 23 jan. 1922.

NETTO, Jorge. Jornalismo africano. **O Brado Africano**, Lourenço Marques, p.2, 15 out. 1932.

NUNES DOS SANTOS. A obra colonial portuguesa: métodos. **Portugal Colonial, Revista de expansão e Propaganda Colonial**. Lisboa, ano 6, n. 58, p.3, jun.1936.

ROCHA, Hugo. Há 37 anos... O combate de Macontene, página de epopeia.. **Portugal Colonial, Revista de expansão e Propaganda Colonial**. Lisboa, ano 1, n. 13, p.1, ago.1934.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. O Império Africano (Séculos XIX – XX) – As linhas gerais. In: _____ (coord.) **O Império Africano: séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRAGA, José Luiz. Questões Metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs). **O jornal: da forma ao sentido**. 3. ed. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2012.

BRÁS, Eugénio José. **Das relações sociais em duas capitais coloniais portuguesas**: Rio de Janeiro e Lourenço Marques. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Políticas de identidade no Moçambique Colonial. In: REZENDE, Claudia Barcellos; MAGGIE, Yvone (orgs.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAPELA, José. **O Movimento Operário em Lourenço Marques (1898-1927)**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo**. O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1931-1961). Porto: Edições Afrontamento, 2011.

CORREIA, Rita. **Portugal Colonial**. Revista de Expansão e Propaganda Colonial. Lisboa, Hemeroteca Municipal, 2014.

GARCIA, José Luís Lima. **Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo**: da Agência Geral das Colônias à Agência Geral do Ultramar, 1924-1974. 764 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Lisboa, 2011

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios** (1875-1914). 7.ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988,

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINS, Leonor Pires. **O império de papel**: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1949). Lisboa: Edições 70, 2012. – (Extra coleção).

NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. **Em defesa da causa africana**: Intervenção do Grêmio Africano na sociedade de Lourenço Marques. 1908-1938. 343 f. Dissertação (Mestrado em História sec. XIX e sec. XX) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Tradução de Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Lisboa, Publicações Europa-América, 2012.

OLIVEIRA E COSTA, João Paulo; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da expansão e do império português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Breve História de Portugal**. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

PROENÇA, Maria Cândida. **Uma História Concisa de Portugal**. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015.

ROCHA, Idílio. **A Imprensa de Moçambique**: história e catálogo (1854-1975) Lisboa: Edição Livros do Brasil – Lisboa, 2000. - (Coleção Mundo Ibérico)

ROSAS, Fernando. **História de Portugal**: o Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Nova História da expansão portuguesa: O Império Africano** (1890-1930). Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol.11.

SOBRAL, José Manuel. **Portugal, Portugueses**: uma identidade nacional. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

VARGAFTIG, Nadia. Para Ver, para vender: o papel da imagem fotográfica nas exposições coloniais portuguesas (1929-1940). In: Vicente, Filipa Lowndes (org). **O Império da Visão**: fotografia no contexto colonial português (1860-1960). Lisboa: Edições 70, 2014.

ZAMPARONI, Valdemir. **De Escravo a cozinheiro**: colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007.



ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In: **Projeto História**. São Paulo. n. 4, PUC, 1981.